



PODER

No Senado, resistência ao PL da Dosimetria

Relator do projeto na Casa diz que texto, da forma como foi aprovado pela Câmara, não será avalizado por senadores, porque pode beneficiar outros criminosos além dos condenados pelos atos golpistas de 8 de Janeiro. Proposta está na pauta de amanhã

» ALÍCIA BERNARDES

Mesmo diante de pressões para adiar a votação, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), manteve para amanhã a análise do Projeto de Lei (PL) da Dosimetria no plenário da Casa. A proposta, aprovada pela Câmara dos Deputados, ainda precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde há forte resistência e possibilidade de pedido de vista, o que pode empurrar a discussão para 2026.

O avanço do projeto tem provocado desconforto entre senadores de diferentes partidos, que evitam associar seus nomes a um texto visto como sensível do ponto de vista político. A avaliação é de que a proposta pode beneficiar condenados por crimes que extrapolam os atos golpistas de 8 de Janeiro, ampliando seus efeitos para outros tipos penais.

Ontem, o relator do projeto no Senado, Esperidião Amin (PP-SC), disse que o texto, da forma que está, não tem apoio suficiente para ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A declaração dele vai ao encontro do que disse o presidente do colegiado, Otto Alencar (PSD-BA).

“Infelizmente, o texto que veio da Câmara, teoricamente para reduzir o tempo da Débora do Batom ou de Bolsonaro, abrange outros tipos penais, desde corrupção até exploração sexual”, ressaltou Amin, em entrevista à GloboNews. “Isso não vai passar. Não é apenas o senador Otto Alencar, eu tenho certeza de que nenhum outro senador declarará o seu voto a favor (disso)”, acrescentou o catarinense.

Amin disse ver três alternativas para o texto que chegou da Câmara. Segundo ele, é possível salvar o PL “com um grande acordo”; modificá-lo para retirar as brechas que podem beneficiar corruptos e criminosos; ou sepultá-lo e substituí-lo por um novo projeto no Senado, “que pode ser de dosimetria ou de anistia” — conforme enfatizou.

Ele está em conversas, desde a semana passada, com o senador Alesandro Vieira (MDB-SE), relator do PL Antifacção na Casa, para tentar tapar os buracos do texto relatado pelo deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP).

Isso porque o PL da Dosimetria, além de reduzir as penas e o tempo de prisão em regime fechado para

Geraldo Magela/Agência Senado



Infelizmente, o texto que veio da Câmara, teoricamente para reduzir o tempo da Débora do Batom ou de Bolsonaro, abrange outros tipos penais, desde corrupção até exploração sexual”

Esperidião Amin (PP-SC), senador

beneficiar os bolsonaristas pegos nos ataques do 8 de Janeiro e o ex-presidente Jair Bolsonaro, vai na contramão do PL Antifacção aprovado no Senado. Trechos dos dois projetos são incompatíveis e conflitantes.

O governo Lula avalia que o PL beneficia com um porcentual de progressão mais generoso crimes graves como aqueles contra a administração pública, incolumidade pública (incêndio, explosão), contra a saúde pública, contra a fé pública

(falsidade ideológica, de documento público) e os crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Também pode abrandar penas de crimes como violação sexual mediante fraude, importunação sexual e corrupção de menores, por exemplo, uma vez que não são crimes hediondos e não estão cobertos pela exceção criada no PL da Dosimetria.

Os senadores não têm ainda uma solução para salvar o projeto e evitar uma modificação drástica o bastante que o devolva para apreciação na Câmara. Amin define como “um desafio à criatividade” retirar os jabutis pró-criminosos sem que o texto volte à outra Casa.

Vieira pretende apresentar um voto em separado, segundo Amin, para corrigir o favorecimento a crimes diversos daqueles relativos ao 8 de Janeiro, o que pode atrasar a tramitação no Congresso.

“Existe essa possibilidade (de começar originalmente um projeto no Senado). A iniciativa do senador Vieira, se for aprovada, vai resultar no encerramento do projeto que veio da Câmara e no início do projeto que teria como base o seu voto em separado, com as alterações que forem aprovadas. Esse seria o projeto que

iria para a Câmara. O Senado passaria a ser o iniciador, e a Câmara passaria a ser o órgão revisor”, destacou.

Amin é favorável à anistia para os golpistas, mas disse que sua missão é “procurar aprovar o que veio da Câmara de acordo com o que se enuncia, que é se propiciar uma redução de penas que seria imediatamente aplicável”.

Pressão

O senador Omar Aziz (PSD-AM) afirmou que a comissão fará uma análise técnica do texto. Ele rechaçou a ideia de legislar em favor de indivíduos específicos. “Não podemos fazer uma lei para uma pessoa, iremos analisar e, se for bom, passará; se não, não”, declarou, ao comentar a pressão em torno da matéria.

O PL da Dosimetria altera as regras de progressão de regime, permitindo que condenados com bom comportamento avancem do regime fechado para o semiaberto ou aberto após o cumprimento de um sexto da pena, e não mais de um quarto.

Outro ponto central do texto é o fim da soma de penas para crimes contra o Estado Democrático de Direito, como tentativa de golpe de

Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Com isso, passaria a valer somente a pena mais alta prevista, o que pode reduzir significativamente o tempo de prisão de condenados por esses crimes, incluindo Bolsonaro, sentenciado pela Primeira Turma do STF a 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

Apesar das críticas, apoiadores do projeto demonstram confiança na aprovação. A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) afirmou haver maioria para avalizá-lo. “Temos o Centrão do nosso lado, será aprovado. O nosso ‘medo’ será a sanção, mas acredito que, talvez, o presidente Lula pense na possibilidade da prisão humanitária”, frisou.

No fim de semana, ocorreram manifestações contra o PL da Dosimetria em diversas capitais, organizadas pelas frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, com participação de movimentos como MST e MTST.

Sob o lema “Congresso Inimigo do Povo”, os protestos criticaram o que classificam como tentativa de reduzir penas de envolvidos nos atos antidemocráticos e pressionaram o Senado a barrar a proposta. **(Com Agência Estado)**

Lula afaga Congresso

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um aceno ao Congresso Nacional no momento em que o Senado se prepara para votar o Projeto de Lei (PL) da Dosimetria, que visa reduzir as penas dos condenados pelo 8 de Janeiro e que pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, sentenciado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) a 27 anos de cadeia por tentativa de golpe de Estado e outros crimes.

Sem mencionar o projeto, Lula destacou a relação entre Executivo, Câmara e o Senado. “Eu sou muito grato a tudo que o Congresso fez por nós nesses três anos de governo, tanto o Senado como a Câmara. Aquilo que eles não aprovaram foi, possivelmente, porque a gente não teve capacidade de convencê-los ou porque era de uma questão mais ideológica. Mas na questão econômica e do benefício desse país, o Congresso foi muito correto nesse tempo todo com o meu governo”, ressaltou. As declarações ocorreram na cerimônia de inauguração da nova sede da Apex-Brasil, em Brasília **(leia reportagem na página 7)**.

Entre as ações do governo aprovadas no Congresso, Lula agradeceu, sobretudo, pela reforma tributária e pelo projeto de lei, sancionado pelo Planalto, que isenta de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

“Nós não tivemos um projeto importante que não foi votado e aprovado. Foi com a contribuição do Congresso, dos partidos políticos, daqueles que votaram em mim, daqueles que votaram contra”, enfatizou o presidente.

Senado e Planalto estão em estado de animosidade, após Lula escolher o advogado-geral da União, Jorge Messias, para a vaga aberta no STF com a aposentadoria do ministro Luís Roberto Barroso. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) e outros parlamentares defendiam o nome do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Moraes agenda perícia médica de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), agendou para amanhã a perícia médica que vai avaliar o estado de saúde do ex-presidente Jair Bolsonaro. O despacho foi publicado ontem.

O documento registra que, no exame médico realizado no cumprimento do mandado de prisão, em 22 de novembro, não houve indicação de qualquer condição que justificasse a necessidade de intervenção cirúrgica imediata.

Moraes também destacou que os exames apresentados pela defesa não são atuais e que, à época em que foram realizados, não apontavam necessidade de cirurgia urgente.

Antes de fixar a data da perícia, o ministro já havia autorizado, a pedido dos advogados, a realização de exames nas dependências da Superintendência da Polícia

Federal no Distrito Federal. Agora, determinou o envio de cópia de todos os exames e laudos aos peritos responsáveis pela avaliação.

O exame será realizado por peritos da Polícia Federal no Instituto Nacional de Criminalística. Após essa etapa, o processo deverá voltar imediatamente à conclusão para nova decisão do relator.

A defesa do ex-presidente voltou a pedir ao STF, ontem, autorização para a realização de cirurgia e a concessão de prisão domiciliar, sob a alegação de agravamento do quadro de saúde do ex-presidente.

Os advogados sustentam que exames recentes indicariam a necessidade de uma intervenção cirúrgica e que o tratamento não poderia ser feito no regime fechado.

No despacho, porém, Moraes ressaltava que não há, até o momento, comprovação médica oficial que justifique a adoção de medidas

excepcionais. O ministro destacou que a avaliação sobre eventual cirurgia ou mudança no regime de cumprimento da pena dependerá do resultado da perícia médica oficial.

Rejeição a Trump

Escolhido pelo pai para ser pré-candidato à Presidência, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) afirmou, ontem, que ter o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, associado à sua pré-candidatura não seria positivo.

A declaração foi feita durante uma entrevista ao canal LeoDias TV no YouTube e ocorre na esteira de um desgaste de Trump com a militância bolsonarista.

Na sexta-feira passada, o republicano tirou o nome de Moraes da lista de sancionados pela Lei Magnitsky. O magistrado tinha sido

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Ex-presidente passará por perícia amanhã, após fazer pedido de cirurgia

sancionado pelo governo Trump em um contexto de pressão das autoridades americanas para que o Supremo recusasse no julgamento de Bolsonaro por liderar uma organização criminosa em uma tentativa de golpe de Estado.

Flávio negou que a retirada das sanções representasse um enfraquecimento da família Bolsonaro. Isso porque o movimento da Casa Branca vinha rendendo créditos ao deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se autoexilou nos Estados Unidos para articular com a Casa Branca punições a autoridades brasileiras.

“As sanções que foram impostas ao Brasil e a Lei Magnitsky não foram manipulação do Eduardo. Acreditar que o Eduardo manipula o Trump, isso não dá. Não tem nada a ver com a minha candidatura. Nem sei se é bom ter Trump colado com a minha imagem”, disse Flávio.